

II. RELAÇÕES EXTERNAS

I - DIPLOMACIA

Para os países em via de desenvolvimento e, muito em especial, para os países africanos, a conjuntura internacional continuou, em 1986, marcada por factores altamente desfavoráveis.

A África continuou a ser a região do mundo em que o impacto da crise teve repercussões mais dramáticas, evidenciando a sua fragilidade interna e pagando um pesado tributo às dependências herdadas do passado. Calamidades naturais, a fome e a guerra são as consequências visíveis duma inserção viciada no sistema de interdependência.

É nesse ambiente que o Governo se tem movimentado para consolidar a independência nacional, obter recursos para promover o desenvolvimento e garantir a defesa dos interesses dos cidadãos caboverdianos residentes no exterior.

De facto, nesse capítulo de actividade, o Governo propôs-se no seu programa agir no sentido de aumentar ainda mais o prestígio de que Cabo Verde goza na cena internacional, alargar e diversificar o leque de países com que mantém relações económicas externas, tendo em vista a nova dinâmica interna do desenvolvimento, levando em conta, de forma mais efectiva, a dimensão de Cabo Verde como nação que ultrapassa as fronteiras do seu território.

A prioridade da política externa de Cabo Verde continuou a ser a África, em cujo contexto geo-político e económico se envidaram esforços sistemáticos de integração.

A nível mais geral, Cabo Verde continuou a defender o diálogo multilateral e a universalidade das organizações internacionais como forma de promover a democratização das relações entre os estados, a justiça e a equidade nas permutas impostas pela interdependência global e relações bilaterais baseadas no interesse e respeito mútuos, na não ingerência nos assuntos internos e na independência de pensamento e de acção.

Continuando a sociedade cabo-verdiana a ser tributária da emigração, que não só tem funcionado como factor de descompressão

.../

demográfica, como tem dado apreciável contribuição ao desenvolvimento económico de Cabo Verde, o Governo procurou agir no sentido da melhoria efectiva das condições de vida dos emigrantes nos países de acolhimento orientado no esforço de reconstrução nacional.

Em todas as direcções a acção externa do Governo esforçou-se por conseguir o alargamento e aprofundamento dos resultados positivos já anteriormente obtidos, com base na análise objectiva da realidade e no aperfeiçoamento e adequação dos mecanismos institucionais aos meios disponíveis e metas propostas.

I. 1. ÁFRICA

No que diz especificamente respeito ao nosso relacionamento com o continente africano, procurou-se dar continuidade e consolidar os contactos existentes, bem como alargar o nosso círculo de relações.

Pode-se dizer que em relação à África, a política externa de Cabo Verde tem-se desenvolvido segundo três grandes eixos, a saber, o grupo dos Cinco, a integração na África Ocidental e a África Austral, eixos de actuação onde se cumprem vários objectivos explicitados no Programa.

Assim, a nível do Grupo dos Cinco, Cabo Verde tem tentado contribuir para o estreitamento dos laços de confiança, solidariedade e cooperação económica, para o funcionamento correcto dos mecanismos institucionais de multi e bilaterais e para a criação dum clima que propicie a defesa e consolidação das independências e para a afirmação desse grupo de países como um espaço solidário de desenvolvimento.

O envolvimento de Cabo Verde na complexa problemática da África Austral tem, aliás, a ver com o forte engajamento em relação a este grupo e com outro imperativo da nossa política externa que é o apoio aos movimentos de libertação nacional. O apoio ao movimento pela independência da Namíbia e aos movimentos que, na África do Sul, lutam pelo desmantelamento do apartheid e pela instauração de uma sociedade de democracia racial culminou, aliás, em 1986 com a visita a Cabo Verde do Presidente do Conselho Nacional Africano. (ANC), Oliver Tambo. Também em 1986, o

Chefe de Estado Cabo-verdiano, Camarada Aristídes Pereira, foi eleito pela OUA como membro do Comité Ad Hoc para a África Austral, confirmando mais uma vez o apreço da Comunidade internacional pelo esforço de solucionar esse espinhoso problema pela via do diálogo e da concertação.

No que toca à África Ocidental, a acção externa do Governo tem-se desenrolado não só no seio das organizações regionais (CEDEAO e CILSS) de que somos membros como também a nível bilateral.

Durante o período em apreço merecem ser assinalados nessa área a concessão de uma ajuda financeira pela Nigéria, que confirmou, por outro lado, a sua disponibilidade em financiar a construção de uma escola técnica, a visita oficial e de amizade do Presidente da Mauritânia Ould Taya e um sensível incremento das trocas económicas com esse país vizinho, nomeadamente através da utilização dos serviços da CABNAVE. A concentração da actividade externa nos três eixos atrás enunciados não significa que tenham sido descuradas tanto a organização continental como outras áreas geográficas.

O ano de 1986, foi, com efeito, um ano bastante positivo para a OUA, tendo confirmado uma real capacidade para assumir responsavelmente os grandes problemas da África, com especial destaque para a crise económica e as questões da África Austral e do apartheid.

A manutenção e aprofundamento de relações com os países da África do Norte não foi descurada, nomeadamente com a Argélia, com a Tunísia com o Egipto e com Marrocos.

Na África Central há a assinalar o relacionamento com o Gabão, que retomaremos a propósito da emigração.

I.2. PAÍSES OCIDENTAIS

Seguindo uma orientação permanente da nossa política externa, foi dada grande atenção ao reforço dos laços de amizade com os países da Europa Ocidental, com os Estados Unidos e o Canadá. O bom relacionamento com esse grupo de países decorre não só do facto de alguns deles se situarem entre os nossos principais parceiros de desenvolvimento, como é um imperativo ditado pela importância do diálogo com esses países para a prossecução da distensão internacional, da paz e do desenvolvimento. Trata-se, portanto, dum interesse permanente do Estado de Cabo Ver

de que é perseguido pela Diplomacia caboverdiana de forma continuada.

Do ponto de vista político, manteve-se junto dos países ocidentais o prestígio que grangeou a Cabo Verde a sua opção de paz, o seu não-alinhamento consequente e a forma criteriosa como administra os recursos postos à sua disposição, aspectos esses vincados, uma vez mais, de forma eloquente, pela II Mesa Redonda dos Parceiros de Desenvolvimento.

A diplomacia Cabo-verdiana enfatizou por outro lado durante o período em apreço a necessidade de continuação da ajuda ao nosso país em condições flexíveis e favoráveis, atendendo ao impacto negativo que teria na situação económica interna e na materialização do projecto de desenvolvimento uma quebra no influxo de capitais externos ou o agravamento das condições da sua concessão.

Deve-se dizer que esse objectivo foi globalmente atingido.

I.3. PAÍSES SOCIALISTAS

Deu-se continuidade aos contactos já anteriormente iniciados com vista à redinamização das relações de cooperação entre Cabo Verde e os países socialistas por forma a elevá-las ao nível das relações políticas.

O período em apreço, para além da continuidade dos programas de formação e assistência no domínio da saúde, foi marcado pela visita do Chefe de Estado à Roménia e pela participação do Chefe do Governo no XXVII Congresso do PCUS. Nesse período, igualmente, inaugurou-se o porto da Palmeira, construído um apoio técnico-financeiro da URSS e assinou-se um protocolo que prevê a continuação da assistência técnica e material à construção de novos portos por parte desse país.

Tanto com a União Soviética como com outros países socialistas, com destaque para a Bulgária, há perspectivas para um incremento de relações na área empresarial.

Quanto à República Popular da China, 1986 foi marcado pela visita a esse país do Chefe do Governo e pela assinatura de um acordo de empréstimo sem juros para construções administrativas.

I.4. AMÉRICA LATINA

O período em apreço foi marcado pela abertura à Améri-

ca Latina, dando-se-lhe o devido peso no cumprimento da nossa vocação geo-económica e como componente do espaço geo-estratégico do Atlântico-Sul. Cuba, nas Caraíbas, e o Brasil, no Cone Sul, têm sido os polos dessa abertura. Mas foram encetados contactos com dois outros importantes países dessa área: Argentina e México.

II - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Embora seja de extrema dificuldade separar, nos dias de hoje, diplomacia e cooperação económica, como se deduz da leitura dos itens anteriores, a questão da cooperação internacional merece análise aparte, pelo peso que assume na vida nacional.

É de se recordar que, face a estabilização ou estagnação do volume da ajuda pública ao desenvolvimento, desde inícios dos anos 80, o Governo propôs-se continuar a abrir o leque dos parceiros de Cabo Verde, por um lado, e buscar modalidades mais favoráveis de cooperação, por outro, como eixos essenciais para manter um influxo de recursos externos compatível com as exigências de desenvolvimento. Em relação aos parceiros já existentes, procurar-se-ia a consolidação e, quando possível, o incremento da ajuda recebida.

Pode-se dizer que o balanço dessa estratégia é positivo.

- Com efeito, não se registam recuos na ajuda dos parceiros bilaterais tradicionais, quer no plano quantitativo, quer no plano qualitativo.

Pelo contrário, registaram-se progressos com um certo número deles durante o ano de 1986. São casos relevantes os da Itália, da França e da Holanda, caracterizados por um relançamento em relação aos anos imediatamente anteriores.

A Suécia, que nos tem proporcionado uma ajuda substancial e flexível, manteve o nível dos seus engagements.

Com alguns outros países com os quais existem relações de cooperação já com algum passado, foram dados passos para um melhor enquadramento institucional e uma melhor programação das actividades. São os casos da Suíça, da Austria e da Islândia, com os quais acordos-quadro de cooperação foram preparados ou assinados.